

Início » O dia depois da catástrofe – Análise

O dia depois da catástrofe – Análise

Políticas públicas e conscientização podem salvar vidas

Escrito por:  Murillo de Aragão | 14 de maio de 2024 | A+A-

ARTIGOS

Em janeiro de 1966, o Rio de Janeiro enfrentou uma das piores enchentes de sua história. As intensas chuvas fizeram os rios transbordar, inundaram a cidade e causaram imensos transtornos aos cariocas. O temporal de cinco dias resultou em mais de 200 mortes e deixou 50 mil pessoas desabrigadas. Pelo menos em outras duas ocasiões nas últimas décadas, as tempestades no Rio de Janeiro deixaram um rastro de destruição, culminando em mortes e deslizamentos. Agora temos uma sequência de eventos climáticos no Rio Grande do Sul. As chuvas deste ano destruíram parte significativa da infraestrutura urbana, e este já é o quarto desastre climático a atingir o estado em menos de um ano.



Foto: Gilvan Rocha/Agência Brasil

Que lições devemos tirar desses episódios recorrentes? Algumas observações são óbvias: uma delas é a necessidade de um planejamento urbano mais eficaz. Cidades devem ser projetadas com sistemas de drenagem adequados, áreas de retenção de água capazes de suportar volumes extremos de água. Populações em áreas de risco devem ser removidas e recolocadas em condições adequadas. É essencial fortalecer e aplicar rigorosamente as leis ambientais que

A desobediência a essas leis muitas vezes agrava a vulnerabilidade das comunidades. Nossa narrativa ambiental é colonizada pelas expectativas de ONGs e de governos de fora. Não há, por exemplo, interesse e engajamento das autoridades ambientais nem das ONGs nas questões que envolvem o uso do solo urbano, a ocupação irregular de áreas das periferias, as políticas de saneamento, entre outros.

A conscientização sobre os riscos de enchentes e sobre as medidas preventivas possíveis pode salvar vidas. Programas educativos que ensinem a população a reagir durante uma enchente ou deslizamentos são essenciais. Infelizmente, não existe uma estratégia de comunicação por parte dos governos que abarque temas como prevenção.

Sistemas de alerta precoce e de monitoramento meteorológico avançado também são fundamentais para prever eventos climáticos extremos e permitir uma resposta rápida. Melhorar a coordenação entre governos locais, estaduais e federais, assim como entre setores públicos e privados, é outro quesito indicado para uma resposta eficaz e integrada a desastres.

As autoridades devem fortalecer a resiliência das comunidades, por meio de treinamentos, simulações de evacuação e formação de brigadas de emergência locais, pode melhorar a resposta a desastres e reduzir os prejuízos. O Orçamento da União e dos estados deve prever programas robustos de apoio às vítimas, incluindo assistência financeira e psicológica, além de programas de reconstrução e infraestrutura, visando à recuperação das comunidades afetadas. O Brasil, como um aluno preguiçoso e desinteressado, infelizmente não aprende com a sucessão de desastres climáticos. O pior de tudo é que outros virão, certamente em proporções ainda maiores. Aprender com esses eventos e implementar mudanças significativas nas políticas públicas relacionadas a tragédias climáticas e ambientais é vital para proteger nossa população.

[MURILLO DE ARAGÃO](#)[O BRASILIANISTA](#)[ORÇAMENTO](#)[POLÍTICA](#)[RIO GRANDE DO SUL](#)

MURILLO DE ARAGÃO

Murillo de Aragão: Advogado, jornalista, cientista político, professor e presidente da Arko Advice. Mestre e doutor em Ciência Política, membro de várias associações acadêmicas. Ex-membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Palestrante internacional e autor de livros. Colunista na revista Veja. Professor-adjunto na Columbia University.

